



Discussão insólita

Na opinião do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, o mandato do presidente José Sarney deverá ser de cinco e não quatro anos porque "difícilmente o partido venceria as eleições se estas se realizassem no próximo ano". A frase, um primor de objetividade, é incedível como expressão do pensamento predominante dos políticos acerca dos interesses do País.

Para que deveria o PMDB vencer as próximas eleições? Ele não venceu as últimas, elegendo o presidente da República, 22 governadores e a maioria do Congresso Constituinte? Que melhor oportunidade pode esse partido almejar para realizar o interesse público?

Não será no âmbito dos interesses partidários do PMDB, ou de qualquer partido, que deveremos buscar motivações para a decisão quanto ao mandato, porque estes interesses são hierarquicamente inferiores aos interesses do País. A questão de substância da problemática política brasileira é o reordenamento das prioridades no conjunto dos interesses que interagem no seio da sociedade. Enquanto as questões de poder, partidário ou pessoal, sobrepujarem o interesse nacional dificilmente este se realizará.

O presidente da República, na defesa de um mandato de cinco anos, perdeu excepcional oportunidade de explicar as razões pelas quais o deseja, desdenhando o fato de que essa questão é, no momento, fundamentalmente política e não jurídica. S. Exa. poderia ter apresentado um roteiro de idéias e intenções relativas aos

aspectos mais críticos da atualidade de modo a deixar claro aquilo que pretende fazer com um ano adicional de mandato. Poderá fazê-lo ainda, antes das decisões finais da Constituinte, em substituição à estratégia pouco construtiva que vem adotando em relação a este episódio.

O temário para um roteiro de intenções é vasto. Estamos diante de espectro extremamente rico de oportunidades de intervenção governamental em benefício do País, como nos mostram as crises e as distorções que se acumulam nas relações econômicas e nas relações sociais. Agora mesmo presenciemos a divulgação dos mais recentes cálculos do IBGE sobre o desempenho da agricultura: no mesmo dia em que o presidente da República anunciava na "Conversa ao Pé do Rádio" que teremos em 88 uma nova safra recorde, o IBGE informava que, ao contrário, a produção agrícola cairá para menos de 62 milhões de toneladas de grãos. Com êxitos intermitentes — um ano de êxito para cinco anos de fracasso — a agricultura segue impossibilitada de corresponder às necessidades do País. A indústria, pela primeira vez nos últimos anos, terá em 87 um desempenho medíocre por culpa de uma política irracional de controle de preços exercida por um órgão, o CIP, que não foi dotado de competência técnica para exercê-la. O resultado é a desobediência civil, o sucateamento do setor industrial, a fuga dos investimentos e a maciça transferência de rendimentos para os setores intermediários da economia, como os

bancos e o comércio. Se o Estado, no Brasil, não tem capacidade sequer para controlar seus próprios gastos, como poderá tê-la para analisar custos e fixar preços de terceiros?

A perda da eficiência é uma generalidade na economia brasileira, circunstância que tem feito agravar-se o distanciamento entre o custo dos produtos e o poder aquisitivo do consumidor. São numerosos os produtos que deixaram de ser fabricados porque já não são comercialmente viáveis no País, incluindo-se, infelizmente, medicamentos essenciais. A Nação está se empobrecendo muito rapidamente sem que se vislumbre no horizonte qualquer perspectiva de reversão do processo.

Paralelamente, agiganta-se o aparelho do Estado. Os mais recentes dados, a respeito indicam que, sob o Governo Sarney, as entidades governamentais com poder de ordenar despesas passaram de 2.491 para 2.586, ocupando 1,5 milhão de funcionários e movimentando recursos equivalentes a 44% do Produto Interno Bruto, ou seja, 120 bilhões de dólares, algo do tamanho da dívida externa brasileira. Tudo isso para que? Para produzir os resultados que tivemos?

O País está necessitando refletir sobre seu futuro e seu papel no mundo e retirar da reflexão os ensinamentos acerca de modo como deve conduzir-se no presente. A discussão sobre o tamanho do mandato, extenuante e enfadonha, é algo inteiramente insólito à luz dos verdadeiros interesses do País. Felizmente está chegando ao fim.